

A polêmica do Caso Triplex na imprensa brasileira: construção e estabilização de antagonismos na cobertura política da prisão de Lula

La polémica del caso Triplex en la prensa brasileña: construcción y estabilización de antagonismos en la cobertura política de la prisión de Lula



Thais Barbosa de Almeida
Université Bordeaux Montaigne (MICA).
thais.barbosa-de-almeida@u-bordeaux-montaigne.fr
ORCID: 0000-0003-4300-6405

Resumo

Essa pesquisa aborda o tratamento jornalístico do Caso Triplex que levou Luiz Inácio Lula da Silva à prisão em abril de 2018. A análise estatística dos textos de 642 reportagens produzidas nas diferentes etapas do processo permite traçar uma perspectiva global e individualizada das representações oferecidas pelos principais jornais do Brasil na época (*G1, UOL, Jornal Nacional, Folha de S. Paulo e Veja*). A discussão dos resultados quantitativos a partir de uma perspectiva semio-discursiva traz à tona os fundamentos político-sociais presentes na representação jornalística do inquérito. Percebe-se que a cobertura estabilizou e perenizou temáticas polarizantes, criando um frágil estado de «polêmica pública» (Amossy, 2014) em torno do processo.

Palavras-chave

Jornalismo; cobertura política; Lava Jato; Lula; Caso Triplex.

Resumen

Esta investigación aborda el tratamiento periodístico del caso Triplex que llevó a la detención de Luiz Inácio Lula da Silva en abril de 2018. El análisis estadístico de 642 noticias producidas en las diferentes etapas del proceso permite trazar una perspectiva global e individualizada de las representaciones ofrecidas por los principales productores brasileños de noticias en la época (G1, UOL, Jornal Nacional, Folha de S. Paulo y Veja). La discusión de estos resultados cuantitativos por un enfoque semio-discursivo pone en evidencia los fundamentos políticos y sociales presentes en la representación periodística de este proceso. Se observa que la cobertura estabilizó y perpetuó temáticas polarizantes, creando un estado frágil de «polémica pública» (Amossy, 2014) en torno al caso Triplex.

Palabras clave

Periodismo; cobertura política; Lava Jato; Lula; Caso Triplex.

1. Introdução

A prisão de Luiz Inácio Lula da Silva em abril de 2018 configura um marco da história recente da política brasileira. Além de impossibilitar a candidatura de Lula na eleição daquele ano, na qual saiu vencedor Jair Bolsonaro, o processo influenciou permanentemente as estruturas político-judiciais brasileiras. Inserido no contexto da Operação Lava Jato (2014-2021), o «Caso Triplex» tem como protagonista um apartamento de três andares situado no Guarujá. Segundo a acusação, o imóvel seria uma propina da empresa OAS ao ex-presidente que, durante sua gestão, teria favorecido a escolha da empresa em contratos com a Petrobras. O processo aberto em março de 2016 por meio de uma condução coercitiva resultou em sentenças em primeira e segunda instâncias pelos crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro¹. O condenado mais midiaticizado, Lula, começou a cumprir sua pena no dia 7 de abril de 2018, passando 580 dias na prisão.

Mesmo que hoje essa condenação tenha sido anulada² e que Lula esteja de volta à presidência da República desde janeiro de 2023, sua detenção – e mais precisamente o período de seu julgamento – deve ser observada como um dos motores da «polêmica pública» (Amossy 2014) instaurada no Brasil contemporâneo. A investigação judicial contra Lula inicia de fato uma arena discursiva polarizante em torno da legalidade do processo, sobretudo em um ano eleitoral. Os principais argumentos públicos para a defesa do ex-presidente são fundados na tese de que teria havido um golpe institucional destinado a afastar o Partido dos Trabalhadores (PT) do poder. De outro lado, a reclusão de Lula é fundamentada no argumento de uma crise econômica e moral do país causada pela ação do PT (Barbosa de Almeida, 2023).

O objetivo desta pesquisa é entender como essa tensão em torno do Caso Triplex é representada na cobertura jornalística. A partir do estudo dos cinco principais veículos de imprensa da época (*G1*, *UOL*, *Jornal Nacional*, *Folha de S. Paulo* e *Veja*), buscamos responder à problemática: como se desenvolve, nos meios de informação, a «polêmica pública» produzida em torno do julgamento de Lula entre 2016 e 2018? Emprestamos o termo «polêmica pública» de Ruth Amossy (2014) para caracterizar um período de forte presença de antagonismos políticos que parecem coabitar o espaço midiático. Construímos nesse sentido a hipótese de que o registro polêmico priorizado para publicar os elementos do Caso Triplex na imprensa brasileira cria uma ilusão de debate público sobre o processo.

Para isso, propomos inicialmente uma discussão interdisciplinar sobre a cobertura jornalística da Operação Lava Jato, situando algumas particularidades da prática do jornalismo político no Brasil. Em seguida, apresentamos o aparato metodológico construído e os pormenores da análise estatística textual.

1. Neste mesmo processo, Léo Pinheiro, ex-presidente da empresa OAS, foi condenado a dez anos e oito meses de prisão por corrupção ativa e lavagem de dinheiro. Outro quadro importante desta empresa de construção, Agenor Franklin Magalhães Medeiros, foi condenado a seis anos de prisão.
2. Todas as decisões judiciais proferidas pela Justiça Federal do Paraná contra Luiz Inácio Lula da Silva foram anuladas por uma decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin. Esta anulação, pronunciada em 8 de março de 2021, foi confirmada numa sessão plenária do Supremo Tribunal Federal em 15 de abril de 2021, o que resultou na restauração dos direitos políticos de Lula.

Os resultados dessa abordagem quantitativa são ilustrados e discutidos em três partes a partir de uma literatura crítica que fundamenta um estudo quantitativo³.

2. Imprensa e política no contexto da Lava-Jato

Aberta em março de 2014, a Operação Lava Jato reúne quatro apurações (Dolce Vita, Bidone, Casablanca e Lava Jato) sobre crimes financeiros e desvio de dinheiro público. A enquête, conduzida pelo juiz federal Sérgio Moro, contou com os efetivos da Polícia Federal e do Ministério Público Federal para dismantelar um elaborado sistema de propina envolvendo políticos de diferentes partidos e empresas, principalmente do setor da construção civil.

O avanço da instrução ocorreu em um contexto de judicialização da política, caracterizado pela interferência do sistema judicial no funcionamento da política. Engelmann (2016) explica que as demandas por uma «moralização da política» provêm principalmente de uma interpretação jurídica prévia que enquadra certos fatos como sendo corruptos. Ou seja, a corrupção é caracterizada a partir das fronteiras impostas pelos dispositivos de controle previstos nos textos da lei operados pelos funcionários da Justiça. São eles que fornecem os argumentos que permitem um ataque direcionado a atividades de corrupção, especialmente àquelas oriundas do mundo político. Essa forma de confiança reforçada na Justiça e seus dispositivos de sanção aparece em um contexto de queda da legitimidade da política institucional nas democracias modernas (Rosanvallon, 2006).

A cobertura jornalística da operação pela imprensa brasileira reflete esse quadro, ao qual se soma o contexto político-econômico da produção da informação no Brasil. Marcado por um processo de hegemonia e concentração de recursos (Feres e Sassara, 2016; Lima, 2009; Miguel, 2002), o sistema midiático brasileiro é majoritariamente privado. Sua atual configuração é resultado de um processo de despolitização do jornalismo brasileiro durante as ditaduras do século XX, seguido por uma transformação estrutural e ideológica das redações. Esta última, iniciada no período de redemocratização, é caracterizada principalmente pela adoção do paradigma neoliberal (Rizzotto, 2012) que estabelece, entre outros, que um dos principais atributos da imprensa é o de fiscalizar e denunciar o sistema político (Azevedo, 2010).

Dessa evolução histórica resulta uma prática jornalística que busca construir um *ethos* de independência do poder político por meio de uma postura de aparência combativa. Essa procura pela autonomia da esfera política faz emergir um modelo de jornalismo caracterizado por procurar falhas dos membros do Executivo e de parlamentares (Guazina, 2014). Os ideais de imparcialidade e de objetividade, normas profissionais importadas do modelo estadunidense, são algumas das estratégias empregadas pelo jornalismo

3. Cabe mencionar que este estudo se insere em um contexto mais amplo de uma tese de doutorado (Barbosa de Almeida, 2023) e que os aspectos tratados neste artigo fazem parte de uma análise mais extensa.

brasileiro para performar essa posição de «quarto poder» democrático (Albuquerque, 2005). Tais posturas editoriais explicam em parte a frequente busca de credibilidade jornalística por meio de publicações que destacam as falhas do campo político (Vieira, 2018).

Nesse contexto, a cobertura da Lava Jato se caracteriza por um processo de criminalização dos atores políticos e de valorização da equipe judiciária. A produção acadêmica sobre a operação (Albuquerque, 2021; Cioccarri, 2015; Sbaraini Fontes e al., 2016) aponta que as ações da Justiça são tratadas pelos principais veículos de informação como imaculadas enquanto se consolida a ideia de corrupção generalizada entre os agentes políticos. Como consequência, o problema da corrupção é encarado sob um forte viés moral e visto como uma ação sistemática de transgressão de valores, códigos e normas, ingredientes que, com a visibilidade oferecida pela imprensa, formam a base de um «escândalo político» (Chaia, Teixeira, 2001).

3. Metodologia de pesquisa

A partir dessa discussão teórica, construímos nossa investigação com base em um arquivo representando a produção da imprensa hegemônica em torno do Caso Triplex. Por meio de uma primeira pesquisa exploratória dos jornais seguindo o conceito de «momentos discursivos», definidos por Moirand (2004) como «o surgimento nos meios de comunicação de uma produção discursiva intensa e diversificada a propósito de um mesmo fato» (p. 72, nossa tradução), foram escolhidas onze datas de estudo. Essa seleção de ordem epistemológica reúne os momentos-chave dos dois anos do processo de Lula e as manifestações de rua resultantes das diferentes etapas do julgamento segundo a intensidade da cobertura midiática, conforme apresentado na Tabela I.

Tabela I. «Momentos discursivos» do Caso Triplex.

04/03/2016	Condução coercitiva de Lula na 24ª Fase da Operação Lava Jato
13/03/2016	Manifestantes saem às ruas contra Lula e Dilma
16/03/2016	Tentativa de nomeação de Lula ao posto de ministro da Casa Civil e divulgação de grampos telefônicos por Sérgio Moro
18/03/2016	Manifestantes denunciam golpe e apoiam Lula e Dilma
14/09/2016	Ministério Público apresenta denúncia contra Lula e mais sete pessoas
20/09/2016	Juiz Sérgio Moro aceita denúncias feitas pelo Ministério Público contra Lula
10/05/2017	Lula depõe em Curitiba perante o juiz Sérgio Moro
12/07/2017	Lula é condenado a 9 anos e 6 meses de prisão por Sérgio Moro (primeira instância)
24/01/2018	Lula é condenado a 12 anos de prisão pelo TRF 4 (segunda instância)
04/04/2018	Habeas corpus de Lula negado em sessão no STF e decreto de prisão por Sérgio Moro
07/04/2018	Lula é levado à prisão em Curitiba pela Polícia Federal

Fonte: elaboração própria.

Visando analisar contextos e temporalidades de publicações diferentes, compomos um corpus multimidiático que integra conteúdos da *Folha de S. Paulo* (FDSP), *G1*, *Jornal Nacional* (JN), principal telejornal da *TV Globo*, *Universo Online* (UOL) e *Veja*, escolhidos de acordo com critérios de audiência e relevância durante o período estudado (SECOM, 2016). O corpus final é composto por 642 reportagens, editoriais, colunas e artigos de opinião que circularam entre 2016 e 2018, nas datas apresentadas, nesses cinco veículos.

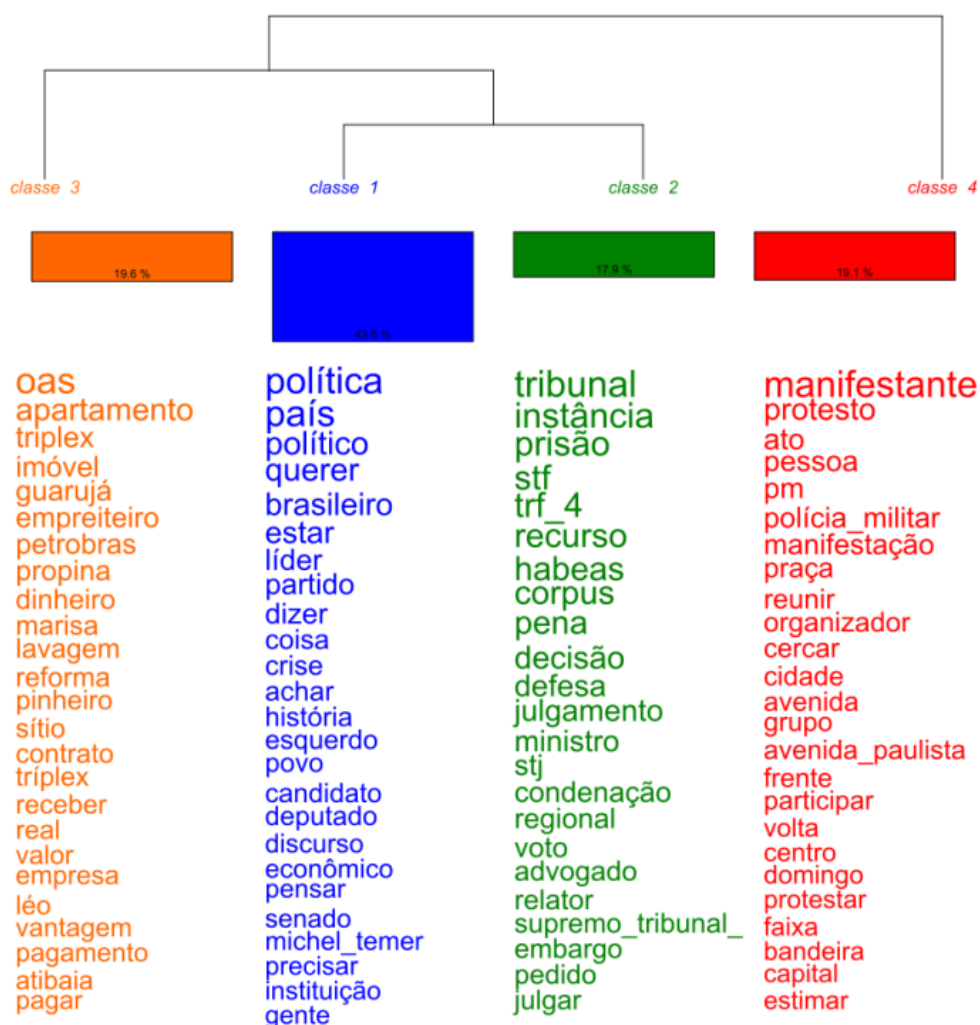
Os textos foram submetidos, primeiramente, à análise estatística (Ratinaud e Marchand, 2012), realizada por meio do programa IraMuTeq. Mais precisamente, utilizamos a ferramenta de Classificação hierárquica descendente (CHD), ou método Alceste (Reinert, 1983), que oferece uma representação gráfica do resultado do cálculo de recorrências e co-ocorrências do vocabulário de um texto. A CHD permite sobretudo a identificação de «classes», reagrupando temáticas transversais a partir dos elementos lexicais que estruturam os textos. O resultado desses cálculos permite a determinação de categorias de análise de maneira indutiva, o que nos distancia de uma análise dita de conteúdo, em que as categorias de estudo são identificadas previamente. Ao considerar como pertinente «o que as estatísticas impõem ao olhar» (Rouveyrol, 2005: 5, nossa tradução), essa técnica reduz também a subjetividade do pesquisador.

Essa abordagem automatizada apresenta, contudo, certos limites. O mais importante deles, ao nosso ver, diz respeito à polissemia das palavras. Sobre tudo em um contexto de cobertura política, alguns fenômenos linguísticos como a ironia, a ambiguidade ou a referência a sentidos implícitos não são identificados na análise informatizada. Tal barreira implica a necessidade de interpretação dos dados fornecidos pelo programa a partir de uma perspectiva considerando o interdiscurso, ou seja, estudando o cotexto e o contexto de cada enunciado para compreender o uso social dos termos salientados (Maingueneau, 2014). Por isso, adotamos na interpretação dos resultados estatísticos uma perspectiva mais fundamentada na análise semio-discursiva que dá conta de um objeto informacional que é, por natureza, plurisemiótico. Esta abordagem, aliando a análise do discurso à semiologia, permite assim considerar a interação entre texto escrito e imagem e o suporte do discurso jornalístico (Barthes, 1991; Maingueneau, 2014; Moirand, 2007).

4. Perfil estatístico global da cobertura do caso Triplex

Uma vez o arquivo de textos tratado e codificado seguindo as exigências do programa IraMuTeq, foi aplicada a classificação hierárquica descendente em todos os 642 textos. Essa CHD resultou em 11.938 segmentos de texto com 13.394 formas ativas. Destes, 10.828 segmentos de texto (90,07% do corpus) fazem parte de uma das quatro classes lexicais identificadas no dendrograma apresentado na Figura 1.

Figura 1. Classificação hierárquica descendente (CHD) a partir do conjunto de textos jornalísticos.



Fonte: IraMuTeq.

Cada uma das classes é separada em ramos que são proporcionalmente mais próximos em função das co-ocorrências de vocabulário. Ou seja, quanto mais próximas duas palavras estão no dendrograma, mais será provável que elas apareçam juntas nas mesmas frases. Notamos assim um primeiro ramo que comporta isoladamente a Classe 4 (19,1%). Um segundo ramo se reparte em dois grupos. No primeiro, encontram-se próximas do ponto de vista das co-ocorrências as Classes 1 e 2 (respectivamente 43,5% e 17,9%) e mais distante a Classe 3 (19,6%). Observa-se assim que a Classe 4 é mais afastada estatisticamente em relação a todas as outras classes, o que significa que o encontro dos termos que a compõem com os das outras é menos frequente.

Analisando em seguida o conteúdo lexical de cada classe, podemos identificar quatro conjuntos temáticos presentes na cobertura jornalística do Caso Triplex. Essa classificação pode ser definida não somente a partir dos

grupos semânticos visíveis no dendrograma, mas sobretudo através da análise do universo discursivo de cada termo utilizando os recursos oferecidos pelo programa IraMuTeq.

A primeira é a categoria «política», em azul na Figura 1, que corresponde à Classe 1 (43,5%). Esta se caracteriza pela presença das palavras *política*, *país*, *político*, *querer*, *brasileiro*. A Classe 1 é a mais presente no corpus, fato que podemos parcialmente explicar pela condição do ex-presidente da República como principal acusado no caso. Esse resultado também aponta para uma imbricação entre os campos jurídico e político, que detalharemos. Destaca-se também que o Caso Triplex foi bastante associado às eleições presidenciais de 2018 (*candidato*) e a um posicionamento particular no campo político (*esquerda*).

A Classe 2 (17,9%), de cor verde, da qual obtemos a categoria «jurídica», vai no sentido dessa afirmação. Contendo palavras associadas aos procedimentos processuais (*tribunal*, *instância*, *prisão*), aos diferentes atores (*ministro*, *advogado*, *relato*) e aos lugares onde estes aconteceram (*stf*, *trf-4*), essa classe indica um uso jornalístico do linguajar mais institucional advindo do poder judicial. A ligeira menor relevância estatística dessa classe em comparação às outras três sugere que os jornais demonstram um interesse mais acentuado nas diversas consequências políticas e sociais do caso do que no processo em si.

A categoria que chamamos de «crime» se observa na Classe 3 (19,6%), em laranja, constituída de termos que descrevem os fatos pelos quais Lula é acusado. Encontram-se referências ao objeto da investigação (*apartamento*, *triplex*, *imóvel*, *Guarujá*) e também a um caso paralelo ao Caso Triplex, que trata de reformas efetuadas em uma casa de campo no interior de São Paulo (*sítio*, *Atibaia*). Aparecem também as duas empresas implicadas no caso (*OAS* e *Petrobras*) e as pessoas citadas na investigação (*empreiteiro*, *marisa*, *léo*). Essa categoria aponta para uma reconstituição das circunstâncias do crime e de seus supostos operadores.

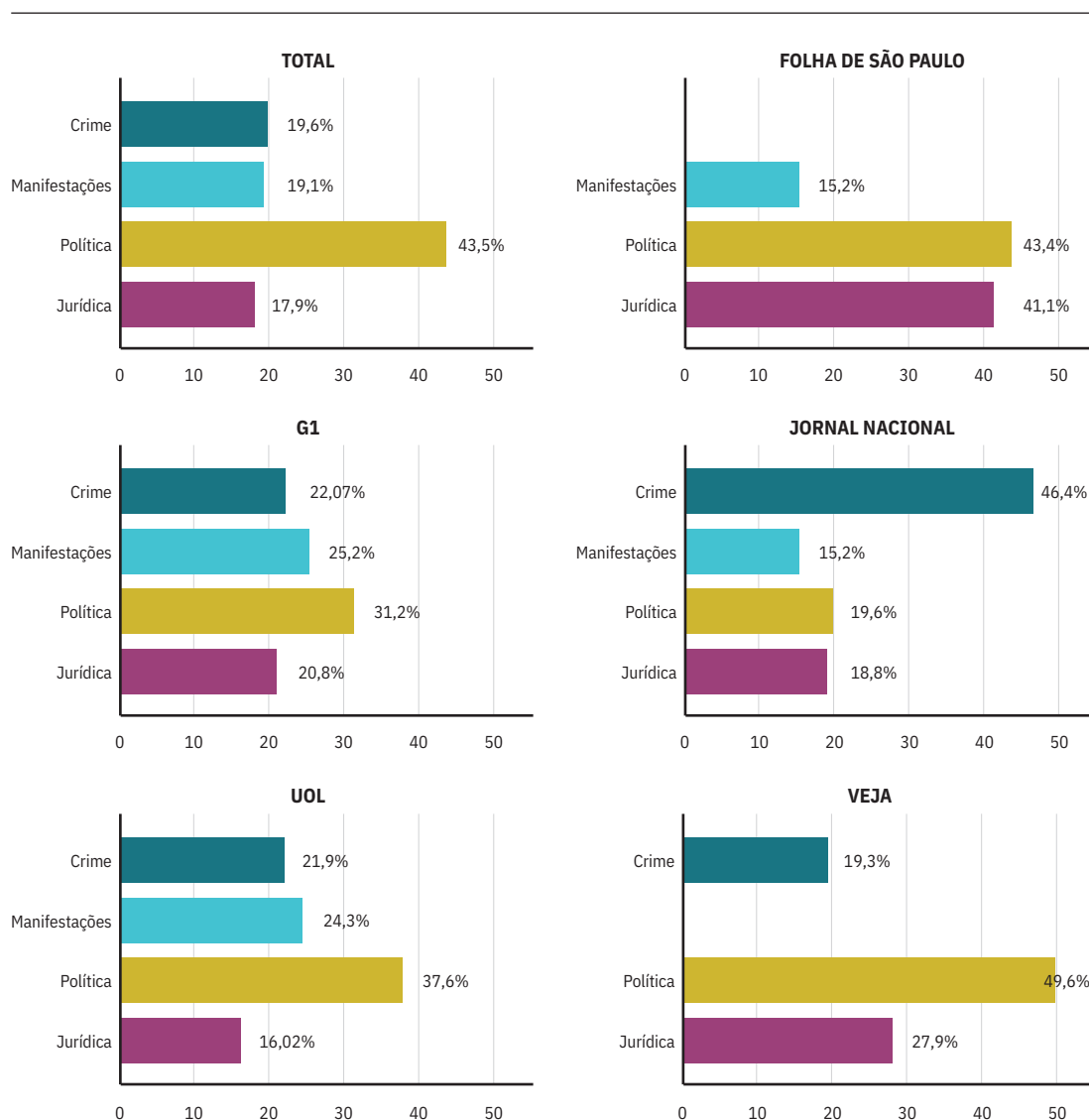
Em vermelho, a Classe 4 (19,1%) pode ser batizada como «manifestações» e integra palavras como *manifestante*, *protesto*, *ato* e *pessoa*. O fato de que ela é a mais distante das classes expõe que os textos jornalísticos que fazem menção a esses atos apresentam poucos termos ligados ao processo de Lula e/ou a suas implicações políticas. Constatamos assim uma separação na escrita jornalística entre os protestos e as reivindicações trazidos por seus participantes. A presença reduzida de palavras do léxico político contrasta com a presença majoritária de um vocabulário descritivo (*praça*, *cidade*, *avenida*, *faixa*, *bandeira*), conforme detalharemos.

5. Variações na abordagem do Caso Triplex

Uma vez estabelecidas quatro temáticas de análise, «política», «jurídica», «crime» e «manifestações», pode-se identificar as diferenças e similaridades no tratamento do Caso Triplex segundo os diferentes veículos de imprensa do nosso corpus. Tendo em mente que essas variações acontecem também

em função das escolhas editoriais e do suporte de cada veículo de imprensa, foi possível medir de maneira percentual a presença de cada tema por mídia. Para isso, aplicamos o método CHD separadamente no conjunto de textos de cada jornal, analisamos as diferentes classes constituídas e as associamos às temáticas previamente identificadas. O resultado dessas operações foi condensado na Figura 2.

Figura 2. Análise do perfil de cobertura dos diferentes meios jornalísticos.



Fonte: elaboração própria.

O jornal online *G1* é o mais próximo da tendência geral de distribuição de temáticas, mas apresenta diferenças importantes em termos estatísticos. A classe «política» aparece em menor número quando comparada à classifica-

ção geral (31,2% contra 43,5%). Em contrapartida, a categoria «manifestações» é claramente superior (25,2% contra 19,1%). Percebe-se então que as implicações políticas do julgamento de Lula são periféricas às reportagens do *G1*, enquanto os atos de rua ligados ao Caso Triplex ocupam mais abundantemente as linhas deste jornal. Esse grande volume pode ser explicado por uma decisão editorial. Com efeito, o *G1* prioriza uma cobertura «ao vivo» das atividades na rua por meio de publicações frequentes de curtos textos que reportam a situação das manifestações.

Quando comparamos o perfil da cobertura do *G1* ao de outro jornal online do nosso estudo, observamos, porém, certas divergências. Mesmo que o *UOL* siga a mesma tendência elevada em termos de cobertura das manifestações (24,3% contra 19,1% do corpus total), as questões políticas ocupam 37,6% dos textos desse jornal. Nossas observações indicam que o *UOL* publica artigos mais analíticos, ainda que o jornal também pratique a publicação de notícias «ao vivo». Essa diferença se explica sobretudo pela alta concentração de artigos publicados pela *UOL* em torno das Eleições de 2018, destacando a ausência de Lula na disputa. Outro fator de discrepância entre o *G1* e o *UOL* é que este jornal tende, durante as diferentes etapas que levaram Lula à prisão, a publicar mais reações da classe política. Identifica-se nesse sentido uma forte presença estatística dos verbos declarativos como *querer*, *dizer* e *defender*.

Sobre essa questão, notamos que a revista *Veja* reserva quase a metade do seu material jornalístico à temática «política» (49,6%). Esse resultado se explica em parte pela periodicidade semanal dessa publicação e pelo maior tamanho das reportagens, características que favorecem um desenvolvimento mais detalhado dos fatos brutos. De fato, a CHD feita a partir dos textos da revista indica conexões entre o Caso Triplex e outros campos sociais, em teoria distantes do poder jurídico, como o poder econômico (*mercado, economia, por cento, investidor*) e o exército (*militar, ditadura*). Além disso, aparece como uma característica própria à *Veja* a citação estatisticamente importante da então presidente (*rousseff*) e de seu cargo (*governo, presidente*), bem como a alusão às instituições políticas implicadas no *impeachment* dessa também representante do PT (*senado, câmara*). Esses resultados indicam um movimento argumentativo particular da revista buscando conectar o processo de Lula ao *impeachment* de Dilma Rousseff em curso de dezembro 2015 a agosto 2016.

A forte presença da temática «política» vai na contramão da temática «manifestações», que não aparece como estatisticamente pertinente. Analisando as raras palavras que fazem menção aos atos de rua, vemos que a revista dedica mais tempo às consequências políticas das manifestações do que aos atos em si. Observamos a ausência de uma categoria também no caso do jornal *Folha de S. Paulo*, que não contém a temática «crime». Paralelamente, notamos a forte alta do volume de conteúdos abordando as categorias «jurídica» (41,1% contra 19,6% do corpus total) e «política» (43,4%) na FDSP. Isso em detrimento da classe «manifestações», que ocupa apenas 15,4% dos textos do diário de notícias. A menor ambição de informar sobre as circunstâncias das manifestações de rua é acompanhada então de uma escrita jornalística mais próxima do discurso oficial oferecido pela instância jurídica.

O *Jornal Nacional* apresenta praticamente a mesma média que a *Folha de S. Paulo* em termos de cobertura de manifestações (15,2%). Ressalta-se, porém,

uma postura discursiva mais narrativa em relação à acusação elaborada contra Lula, presente em 46,4% do corpus textual do telejornal. Além de descrever os detalhes do crime em julgamento, as pessoas implicadas no delito são nominalmente citadas (*duque, gordilho, suassuna*), assim como as ações que elas teriam realizado (*visitar, comprar, procurar*) e o objetivo dessas operações (*propina, denúncia, lavagem de dinheiro*). O dispositivo televisual utiliza assim as circunstâncias do delito para dar corpo ao Caso Triplex. Os gestos dos principais envolvidos são contextualizados utilizando recursos estéticos para tornar o crime visível, como veremos a seguir.

5. Discussão dos resultados

A análise estatística dos textos dos jornais revela certas discrepâncias editoriais entre eles, mas cabe ainda esclarecer como se opera a «polemização» do caso nesses diferentes espaços midiáticos, como formulamos no problema de pesquisa. De fato, esses aspectos quantitativos podem ser ponderados por meio de uma leitura mais qualitativa dos textos. Cruzando os diferentes resultados, e aprofundando-os à luz de uma perspectiva semio-discursiva, destacam-se três elementos centrais. São eles: a cenarização do conflito público nos jornais online, a validação do equipamento jurídico nos meios impressos e a encenação da prática criminal no dispositivo televisual.

5.1. Teatralização das manifestações de rua: simulacro da polêmica

A prática corriqueira dos jornais online *G1* e *UOL* consiste em publicar breves relatos durante as manifestações por meio do dispositivo de reportagens «ao vivo» e, no fim do dia, resumir o conteúdo dos atos na forma de «galerias». Como observamos na Figura 3 abaixo, esse dispositivo heterogêneo, composto geralmente por uma centena de fotos, simula uma viagem visual imersiva em torno das manifestações.

Figura 3. Resumir os atos de rua por meio de «galerias»: polarização no jornalismo online.



Fonte: *G1* (18/03/2016) e *UOL* (16/03/2016).

Em ambos os exemplos, a qualidade, o conteúdo e o enquadramento das imagens presentes no interior dessas galerias são muito díspares, sendo algumas de autoria de jornalistas, e outras de amadores. Sem qualquer ordem cronológica, imagens de grupos acompanham cenas de queima de pneus em uma via pública ou de políticos reagindo ao tema. Sob a aparência de um repertório arbitrário, em que a pretensão à exaustividade se dá pelo grande número de fotografias fornecidas, a natureza das seleções feitas pelo operador jornalístico é dissimulada.

Esse aspecto aleatório convida também a considerar os fatos como frutos do azar, como manifestações sem ordem nem organização, apresentando apenas motivações passionais sem alguma linha diretiva. Como as reivindicações e o contexto dos protestos representam apenas um elemento muito periférico do conteúdo, os aspectos políticos e sociais dos atos desaparecem, e os diferentes movimentos de contestação são expostos tal qual um evento esportivo, um show ou uma festa popular. Retratadas como o resultado de uma série de vocações individuais, essas atividades assumem de fato a forma de uma manifestação festiva.

Sobretudo, tendo em vista nossa problemática de estudo, esses grupos são dados como expressão dominante de uma polarização política. Os múltiplos sentidos atribuíveis ao Caso Triplex encontram uma forma de estabilidade em torno de dois polos. Cria-se, assim, uma situação dramática que suscita uma forma de interesse pelo caso e as duas posições, a favor ou contra a condenação de Lula, viram hegemônicas na discussão pública em torno do processo. Dito isso, a maneira de retratar a atividade cidadã nas ruas ajuda a consolidar o argumento da polarização política mesmo se, paradoxalmente, as razões do engajamento dos cidadãos que vão à rua são ausentes nas reportagens, como indica a análise quantitativa.

A predominância do registro descritivo, priorizando a caracterização dos participantes e nas ações individuais e espetaculares, participa assim de uma forma de ocultação dos valores reivindicados por cada grupo. A presença do que chamamos de «dicotomia performada» (Barbosa de Almeida, 2023) reflete nesse sentido a predominância do modo narrativo conflitual, que tende a estruturar a produção das reportagens no jornalismo brasileiro conforme apresentado na parte teórica (Motta e Guazina, 2010). Esse rito profissional tende a incluir pontos de vista contraditórios como equivalentes e a estabelecer duas posições antagônicas que não dialogam diretamente, ainda que os dois lados não recebam, proporcionalmente, o mesmo tratamento, nem espaço midiático (Feres, Barbarela, Bachini, 2018, Telles 2015).

Resultando em uma visão binária do debate público, essa norma narrativa padronizada faz com que o debate apareça como concluído e que os pontos de vista intermediários sejam apagados, dando lugar ao espetáculo que oferecem as duas partes mais extravagantes. O «cidadão comum» serve na verdade apenas como uma alegoria da polarização e o debate em torno do caso fica restrito a uma elite judiciária, política e econômica que já ocupa uma posição legítima no espaço público, como ilustram as práticas dos meios impressos.

5.2. Judicialização da discussão e a generalização do crime de corrupção

Conforme aponta a análise quantitativa, a cobertura da *Folha de S. Paulo* e da *Veja* favorece uma forte visibilidade ao léxico das autoridades jurídicas. Adotando um viés mais institucionalista, a escrita jornalística praticada por esses meios impressos amplifica o dispositivo judiciário, restituindo sem grandes nuances os elementos oferecidos pelos responsáveis pela Lava Jato. Além de ilustrar o a relação de «mutualismo» instaurada entre mídia e Operação Lava Jato (Feres, Barbarela, Bachini, 2018), essa restituição segue a tendência de criminalização da política que discutimos anteriormente. Isso porque, mesmo que o Caso Triplex tenha condenado antigos quadros da empresa privada OAS, estes aparecem como personagens secundários na história.

Ao mesmo tempo em que a questão da responsabilidade dos corruptores é ausente, as produções são marcadas por uma personalização da instituição jurídica. Na linha dos trabalhos de Wrona (2014), que apontam para uma tendência jornalística contemporânea de ilustrar as notícias com base em narrativas individuais, observamos um certo padrão de individualização na representação dos funcionários públicos. Eles aparecem majoritariamente sozinhos e cercados de símbolos que afirmam um certo papel institucional, como se seus corpos virassem uma extensão do corpo jurídico. Ao insistir em uma forma de fusão entre ser humano e instituição, a estética das fotografias de imprensa traz assim a ideia de figuras institucionais imaculadas.

O formato «vilões e mocinhos», típico das narrativas moralistas ligadas a escândalos de corrupção (Aldé e Vasconcellos, 2008), é observado nesse contexto no valor axiológico de herói atribuído a Sérgio Moro nos textos da *Veja*. Na revista, o juiz de primeira instância é constantemente apresentado como um personagem bastante simples investido de poderes institucionais que ele utilizaria para o bem comum. Um exemplo é a reportagem «O cerco de Moro» (17/05/2017), presente na Figura 4, que *Veja* ilustra com uma foto de Moro caminhando com um saco de plástico na mão na direção de dois policiais federais que o esperam ao lado de um carro. A imagem de uma situação rotineira, evocando a estética dos paparazzi, ganha sentido através da legenda: «Preparado. Na sacola, a marmita para as cinco horas de audiência». Esta informação sobre seu costume alimentar, em aparência banal, contribui a uma certa imagem de simplicidade trazida pela palavra «marmita». Ela participa da validação dos processos de constituição simbólica do juiz, mas sobretudo do indivíduo, produzindo assim um «horizonte semântico e normativo de reconhecimento» (Voirol, 2005) que o associa a um sujeito desapegado do poder que exerce.

O outro exemplo ilustrativo é o de Rosa Weber, ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), que pronunciou um dos votos desfavoráveis ao *habeas corpus* de Lula no dia 4 de abril de 2018. Ilustrando a capa da *Folha de S. Paulo* no dia seguinte a essa sessão plenária, que não acatou o pedido da defesa do ex-presidente, Weber é retratada em uma posição de força e determinação. Ela aparece como «a eleita», aquela que é designada para trazer um final, um desfecho, uma conclusão, ao processo judicial. A imagem dialoga com a reportagem sobre o tema defendendo que «o voto chave foi o da ministra Rosa Weber, que decidiu contra sua convicção, em favor da estabilidade e institucionalidade das decisões do tribunal» (FDSP, 05/04/2018, Poder A6).

Figure 4. Personalização do judiciário nos meios impressos.



Fonte: Capa da Folha de São Paulo (05/04/2018); e *Veja* (17/05/2017), «O cerco de Moro», p. 52.

Nos outros textos da mesma edição predomina a interpretação que o julgamento de *habeas corpus* ultrapassava em muito o espectro da demanda de Lula: tratava-se de afirmar a posição ativa do Supremo na resolução de disputas que agitavam a sociedade. De fato, a votação negando o *habeas corpus* de Lula é vista não apenas como uma etapa que o aproxima do cárcere, mas sobretudo como uma questão fundamental de ordem jurídica na qual Weber exerce um papel importante. Em contraste a essas saudações ao papel do poder judiciário, percebe-se, especialmente no fim do Caso Triplex, que o principal acusado vira um dos símbolos da luta contra a corrupção. Predomina no nosso corpus o argumento de que a pena proferida contra Lula significaria o fim de um grande sistema corruptor. No texto em que *Veja* reporta o fim do processo, lemos por exemplo:

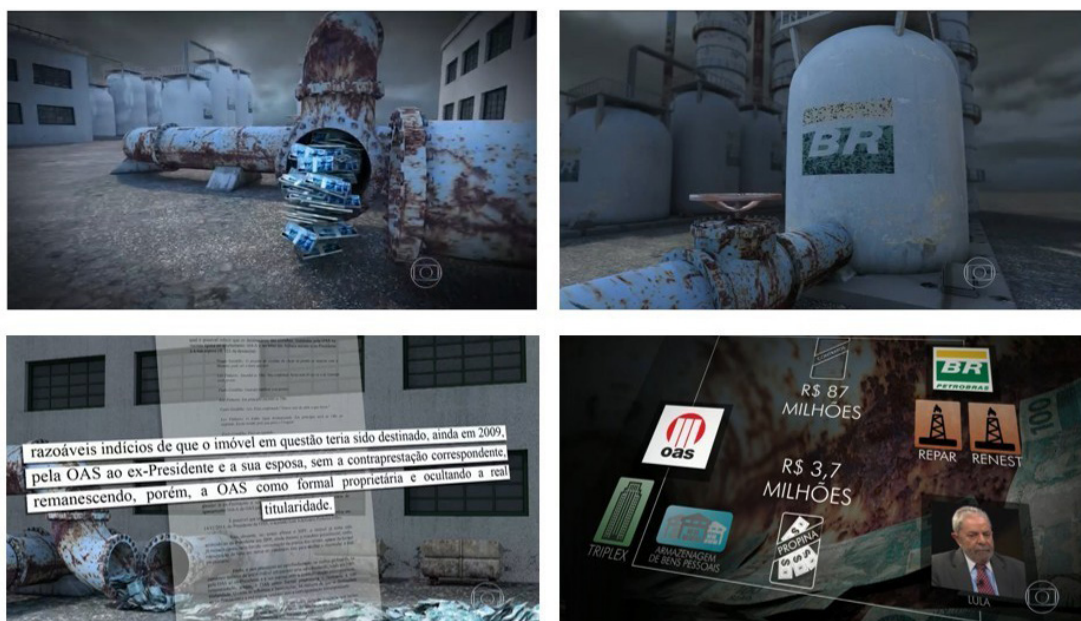
Além do simbolismo, sua prisão, examinada em toda a dimensão política e jurídica, transcende ao seu destino pessoal é a condenação de todo um sistema montado pelas oligarquias nacionais na política, no empresariado, na burocracia estatal que se apropriou do Estado para promover o saque sistemático do dinheiro público. (Veja, 11/04/2018)

A construção desse paralelo entre uma realidade anterior e posterior à prisão de Lula serve para sustentar a tese de que as ações da investigação tinham como objetivo libertar o país de dirigentes promíscuos. Nesse sentido, as ações do poder judiciário são sobretudo justificadas pela necessidade de superar uma crise moral. Associar o encarceramento de Lula ao fim da corrupção pode ser entendido no contexto do que Albuquerque (2021) chama de «lavajatismo», definido pelo autor como a associação do argumento do combate à corrupção a uma agenda política conservadora. Esse movimento traz empecilhos à discussão ponderada sobre o tema, pois os argumentos dos membros da Justiça encontram um terreno midiático simpático à criminalização de uma parte do corpo político situado mais à esquerda.

5.3 A encenação da prática criminal

Com efeito, o conteúdo das investigações da Lava Jato, transformado em fonte de argumentos para um movimento social com alta legitimidade, é altamente valorizado na produção jornalística. Mais do que isso, o enredo do Caso Triplex serve para apontar uma prática sistemática de desvio de recursos públicos no *Jornal Nacional*. O telejornal destaca os supostos ganhos obtidos pela prática de corrupção em um léxico predominantemente construído em torno dos termos *Petrobras*, *esquema*, *propina* e *vantagem*, ilustrados por meio de uma estética particular construída em torno da ideia de extração de petróleo. As cenas narradas pelo jornalista se desenrolam, como ilustrado na Figura 5 abaixo, no interior de uma plataforma petrolífera. Essas imagens dinâmicas, trazendo explicitamente a logo da Petrobras, servem de pano de fundo para a apresentação dos diferentes documentos e gráficos apresentando valores e fotografias dos acusados ligados à investigação.

Figura 5. Materializar o crime no telejornalismo por meio de uma estética petrolífera.



Fonte: *Jornal Nacional*, edições dos dias 04/03/2016 e 21/09/2016.

Além do destaque a um caráter sistemático do crime, a apresentação do objeto do crime, o Triplex, adquire desde o início do processo uma importância significativa. A reportagem do dia 4 de março de 2016 mostra o interior do apartamento com imagens concedidas por policiais que participaram da ação de inspeção do local. Além desses vídeos de baixa qualidade em formato vertical, a reportagem também conta com outras dez diferentes perspectivas do exterior do apartamento, acompanhadas de uma narração que apresenta as acusações ainda não formalizadas contra Lula. A reunião desses elementos aparece como uma revelação de um tesouro escondido, de um lugar proibido, ao qual só o jornalista dispõe de meios de acesso.

O conteúdo visual é apresentado como prova que sustenta o trabalho da polícia. Essas reconstituições com fins de materialização das provas criam uma atmosfera dramática envolvente, conforme observamos no dia 16 de março de 2016, quando Sérgio Moro tornou públicos grampos telefônicos feitos no celular de Lula. Este foi um dos momentos mais expressivos do caso, conforme aponta a análise textual estatística anteriormente exposta. No *Jornal Nacional*, o conteúdo das conversas privadas do então ex-presidente foi publicado a partir dos áudios das caixas de diálogos, ilustradas por fotografias dos participantes das chamadas. Conjugando voz e texto, a transcrição das conversas aparece progressivamente, em harmonia com o som das ligações. A experiência de acesso ao áudio das conversas se torna assim mais imersiva com o uso de dispositivos semióticos que simulam uma sincronia entre o momento da conversa e o telespectador.

Os membros da investigação também cooperaram com esse dispositivo midiático. As coletivas de imprensa organizadas pelo Ministério Público, por exemplo, tornaram-se nos anos Lava Jato um encontro rotineiro da cobertura jornalística. Em uma dessas coletivas, no dia 14 de setembro de 2016, Deltan Dallagnol apresenta o conteúdo da acusação formal do Ministério Público por meio de um PowerPoint. Apresentadas de diferentes ângulos, as páginas desse PowerPoint contêm palavras-chave do texto. Uma das páginas contém um grande círculo rodeado por doze círculos menores dos quais saem setas em direção ao círculo principal em que se lê «Lula» em letras maiúsculas. Essa imagem pode ser caracterizada pelo seu forte potencial «transmidiagênico» (Marion, 2003) pois observamos no nosso corpus jornalístico um grande capital de propagação e circulação dessa tela da apresentação, alimentando inclusive a polêmica em torno do caso no Twitter (Barbosa de Almeida, 2023).

Os elementos do processo tornam-se a fonte oficial do jornalismo, que recupera trechos oficiais do processo para a construção de uma reportagem. A disponibilidade da Justiça em compartilhar materiais com alto potencial midiático encontra assim a prontidão jornalística a reproduzir os conteúdos oriundos desses atores. O conteúdo jornalístico encontra na forma discursiva dos textos jurídicos, marcada pela presença de um locutor oculto, uma maneira de performar seu próprio «ritual estratégico de objetividade» (Tuchman, 1972). Por outro lado, esse uso reforça o argumento da imparcialidade jurídica, que encontra no capital simbólico da imprensa a possibilidade de aumentar a legitimidade de seus atos. Dessa busca por uma suposta neutralidade, em que o registro da opinião é aliás desqualificado, resulta um debate quase inexistente em torno dos contornos do Caso Triplex.

6. Considerações finais

Retomando nossa problemática construída em torno da noção de «polêmica pública» (Amossy, 2014), temos que o agenciamento dos elementos do Caso Triplex na imprensa brasileira é marcado por várias tensões binárias, opondo as instituições políticas e judiciárias e manifestantes a favor ou contra o processo. Os resultados trazem à tona uma cobertura jornalística baseada no conflito, em que a única unidade estável, apresentada com raros contrapon-

tos, é a ação da Justiça. Confirma-se, então, a hipótese de que os elementos semióticos e narrativos selecionados para tratar do Caso Triplex no discurso jornalístico estabelecem a ilusão de um debate sobre o tema, ainda que claramente favoráveis ao dispositivo judiciário.

De fato, a polêmica como modalidade de discussão pública (Amossy, 2014) é entravada por um dispositivo jornalístico valorizando a ação dos agentes de Justiça como única solução para uma crise moral do campo político. Os elementos que compõem a trama do Caso Triplex trazem finalmente uma narrativa centrada no tema da corrupção de agentes políticos. Indo ao encontro da tendência de criminalização da política, o teor e os meios empregados pela investigação são pouco discutidos, e os membros do judiciário aparecem como os verdadeiros portadores do enquadramento dos fatos. Nesse sentido, o eixo comum entre as diferentes práticas que observamos em nosso corpus é a intenção de convidar o leitor ou o telespectador a participar do julgamento. Esse objetivo é compartilhado pelos atores jurídicos que usufruem de um espaço midiático privilegiado para performar uma paródia de transparência informativa.

A possibilidade de debate público também diminui à medida que as demonstrações cidadãs se tornam puros afrontamentos apolíticos. As manifestações de rua, retratadas como geradoras de conflitos, apenas servem para reforçar o argumento de uma desordem democrática que deve ser resolvida pelo Judiciário. Se o conflito social é alimentado apenas de elementos que destacam sobretudo a estética das manifestações, tornando os movimentos fortemente inaudíveis, tal cobertura política põe principalmente em cena narrativas antagônicas incitando um olhar polarizador sobre o assunto público. A imprensa constitui, dessa forma, um lugar onde a polarização se desenvolve de forma perene em detrimento de um espaço público de discussão conforme ao modelo de habermasiano.

Os próximos estudos deverão mensurar o impacto da ritualização da polêmica no espaço midiático no público que, sem ter direito a um verdadeiro debate, pode se desengajar ainda mais da discussão pública. Além disso, sabemos que a nomeação do juiz Sérgio Moro para o Ministério da Justiça (2019-2020), a interrupção das investigações da Lava Jato pelo ex-presidente de extrema-direita Jair Bolsonaro em 2021 e, finalmente, a eleição de Lula como presidente em 2022 são fatores que reconfiguraram algumas discussões que propomos ao longo desse texto. A postura epistemológica de observação proposta neste artigo, do desenrolar dos eventos que vão *stricto sensu* da acusação de Lula a seu julgamento concluído por uma prisão, deverá assim ser completada por trabalhos que abordem um corpus jornalístico mais recente.

Referências bibliográficas

- Albuquerque, A. (2005): «Another 'Fourth Branch': Press and political culture in Brazil». *Journalism*, 6(4): 486-504. DOI: <https://doi.org/10.1177/1464884905056817>.
- Albuquerque, A. de. (2021): «Populismo, Elitismo e Democracia: Reflexões a partir da Operação Lava-Jato». *Mediapolis, Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*, 12: 17-31. DOI: https://doi.org/10.14195/2183-6019_12_1.
- Aldé, A. e Vasconcellos, F. (2008): «Ao vivo, de Brasília: Escândalo político, oportunismo midiático e circulação de notícias». *Revista de Ciências Sociais*, 39(2): 61-69. Recuperado de <https://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/508>
- Amossy, R. (2014): *Apologie de la polémique*. Paris: Presses universitaires de France.
- Azevedo, F. A. (2010): «Corrupção, mídia e escândalos midiáticos no Brasil». *Em Debate*, 2(3): 14-19.
- Barbosa de Almeida, T. (2023): *Lula en prison : une analyse multimédiatique de la polémique publique au Brésil dans la presse et sur Twitter autour de l'affaire Triplex (2016-2018)*. Limoges: Université de Limoges e Universidade Federal do Paraná.
- Barthes, R. (1991): *L'aventure sémiologique*. Paris: Éditions du Seuil.
- Chaia, V. e Teixeira, M. A. (2001): «Democracia e escândalos políticos». São Paulo em Perspectiva, 15(4):62-75. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000400008>.
- Cioccarelli, D. (2015): «Operação Lava Jato: Escândalo, agendamento e enquadramento». *Revista Alterjor*, 12(2): 58-78.
- Engelmann, F. (2016): «Julgar a política, condenar a democracia? Justiça e crise no Brasil». *Conjuntura Austral*, 7(37): 9-16. DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.66030>.
- Feres, J.; Barbarela, E. e Bachini, N. (2018): «A Lava Jato E A Mídia». Em J. Feres Júnior e F. Kerche (orgs.): *Operação lava jato e a democracia brasileira*. São Paulo: Editora Contracorrente, pp. 199-229.
- Feres, J. e Sassara, L. de O. (2016): «Corrupção, escândalos e a cobertura midiática da política». *Novos Estudos - CEBRAP*, 35(2): 204-225. DOI: <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201600020011>.
- Guazina, L. S. (2014): «Quando a cultura política e subcultura jornalística andam de mãos dadas». *Anais do XXIII Encontro Anual da Compos*, Universidade Federal do Pará.
- Lima, V. (2009): «Revisitando as Sete Teses Sobre Mídia e Política no Brasil». *Comunicação & Sociedade*, 30(51): 13-37. DOI: <https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v30n51p13-37>.
- Maingueneau, D. (2014): *Discours et analyse du discours: Une introduction*. Paris: Armand Colin.
- Marion, P. (2003): «Les images «contre»: De la caricature à la cybercontestation». *Recherches en Communication*, 20: 127-153.
- Miguel, L. F. (2002): *Política e mídia no Brasil episódios da história recente*. Brasília: Editora Plano.
- Moirand, S. (2004): «L'impossible clôture des corpus médiatiques: La mise au jour des observables entre catégorisation et contextualisation». *TRANEL. Travaux Neuchâtelois de Linguistique, Institut des sciences du langage et de la Communication*, 71-92.
- Moirand, S. (2007): *Les discours de la presse quotidienne. Observer, analyser, comprendre*. Paris: Presses Universitaires de France.

- Motta, L. G., e Guazina, L. (2010): «O conflito como categoria estruturante da narrativa política: O caso do Jornal Nacional». *Brazilian journalism research*, 6(1): 132-149. DOI: <https://doi.org/10.25200/BJR.v6n1.2010.25>.
- Ratinaud, P. e Marchand, P. (2012): «Application de la méthode ALCESTE aux 'gros' corpus et stabilité des 'mondes lexicaux': Analyse du 'CableGate' avec IRAMUTEQ». *Actes des 11ème Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles*, 835-844.
- Reinert, M. (1983): «Une méthode de classification descendante hiérarchique: Application à l'analyse lexicale par contexte». *Cahiers de l'analyse des données*, 8(2): 187-198.
- Rizzotto, C. C. (2012): «Constituição histórica do poder na mídia no Brasil: O surgimento do quarto poder». *Revista de Estudos da Comunicação*, 13(31):111-120. DOI: <https://doi.org/10.7213/rec.v13i31.22403>
- Rosanvallon, P. (2006): *La contre-démocratie: La politique à l'âge de la défiance*. Paris: Seuil.
- Rouveyrol, L. (2005): «Vers une logométrie intégrative des corpus politiques médiatisés. L'exemple de la subjectivité dans les débats-panel britanniques». *Corpus*, 4: 1-17. <https://doi.org/10.4000/corpus.293>.
- Sbaraini Fontes, G.; Sampaio, R. e Ferracioli, P. (2016): «Petrolão na mídia: O enquadramento de 18 meses da operação lava jato nas revistas impressas». *Revista Agenda Política*, 4(3):238-266. DOI: <https://doi.org/10.31990/agenda.2016.3.9>.
- SECOM (2016): Pesquisa Brasileira de Mídia 2016: Hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Governo Federal - Secretaria de Comunicação Social (SECOM) da Presidência do Brasil.
- Telles, H. (2015): «Corrupção, legitimidade democrática e protestos: O boom da direita na política nacional?». *Interesse Nacional*, 30: 28-46.
- Tuchman, G. (1972): «Objectivity as Strategic Ritual: An Examination of Newsmen's Notions of Objectivity». *American Journal of Sociology*, 77(4): 660-679. DOI: <https://doi.org/10.1086/225193>.
- Vieira, A. P. R. (2018): «A Cobertura Midiática e seus Efeitos para a Desconfiança na Política». *Mediapolis – Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*, 5: 75-89. DOI: https://doi.org/10.14195/2183-6019_5_5.
- Voirol, O. (2005): «Le travail normatif du narratif. Les enjeux de reconnaissance dans le récit médiatique». *Réseaux*, 132(4):51-71.
- Wrona, A. (2014): «Une madone à Fukushima. La condition numérique du portrait de presse». *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo*, 3(1): 170-181. DOI: <https://doi.org/10.25200/SLJ.v3.n1.2014.137>



©Derechos del autor o autores. Creative Commons License. Este artículo está bajo una licencia internacional Creative Commons Atribución-NoComercial-SinDerivadas 4.0.
 ©Copyright of the author or authors. Creative Commons License. This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License.